

ATA Nº 17/2019

1
2 Aos dezessete dias do mês de junho de 2019, às 14h horas, na sala de reuniões do
3 Previcarazinho, reuniram-se em sessão ordinária, os Conselheiros titulares do Conselho
4 Deliberativo, Luciana Basso, Caroline Machado Johner, Fábio Augusto da Silva, Emílio
5 Steffens, os suplentes Ellen Carla Severo dos Santos e Fabiano Santiago Pereira, o
6 Diretor Administrativo e Financeiro Fernandes Vedana, representando o Comitê de
7 Investimentos Sílvio Schneider, os servidores do Instituto Aline Adam Barth e Michele
8 Weber Scheidmandel, com a ausência dos conselheiros titulares Rubem Marcondes
9 Siqueira e Adriano Mauss, para discutir e deliberar sobre o parecer jurídico que trata
10 sobre a revisão dos atos administrativos da autarquia, análise dos relatórios dos
11 investimentos, despesas e receitas previdenciárias e administrativas do mês de maio, e
12 demais assuntos pertinentes. **1)** A Presidente do Conselho Luciana deu boas vindas a
13 todos e iniciou a reunião, comentando a ausência da Presidente Diolena que estava
14 realizando procedimento médico em Passo Fundo. A conselheira lembrou que a Ata nº 16
15 já havia sido lida e assinada por todos, em função de ser necessário seu envio
16 acompanhando o Projeto de Lei 05/2019, sobre o cálculo atuarial. **2)** Em seguida o
17 conselheiro Fabiano transmitiu a todos que o conselheiro Adriano Mauss solicitou seu
18 desligamento do Conselho, pois não poderá mais participar das reuniões e gostaria de
19 saber quais os procedimentos para formalizar o processo, tornando o seu suplente titular
20 e solicitando a nomeação de novo membro. A conselheira Luciana orientou que
21 encaminhe ofício com o pedido. Continuando, Fabiano realizou a leitura do ofício 1/2019,
22 encaminhado ao Prefeito com solicitação dos servidores do Poder Legislativo para
23 alteração na Lei 115/07, art. 14 que trata da composição do Conselho Deliberativo do
24 Previ. Os servidores solicitam uma vaga no Conselho, salientando a importância da
25 participação de todos no que diz respeito à previdência, a exemplo do que ocorre em
26 vários RPPS do estado. Os demais conselheiros acolheram a ideia, e recomendaram que
27 seja encaminhado ofício também para o Instituto sobre o assunto. Fabiano lembrou que
28 já comentou diversas vezes, e inclusive foi mencionado no Seminário Sul-brasileiro de
29 Previdência Pública, a necessidade também da participação, como membro nato, do
30 Secretário da Fazenda, sendo que essa possibilidade também pode ser incluída quando
31 for realizada a alteração da legislação. Os conselheiros discutiram sobre o assunto,
32 externando a preocupação com a falta de interesse da maioria dos servidores sobre os
33 assuntos relativos ao RPPS, e principalmente dos gestores da administração pública,
34 lembrando que muitas vezes projetos de leis são elaborados pelo Executivo sem
35 considerar o impacto atuarial que podem causar. Estendendo a discussão, comentaram a
36 falta de importância que é dada ao Previ, a exemplo do que ocorreu com o Projeto de Lei
37 04/2019, que tratava sobre a alíquota de amortização do passivo atuarial, que foi
38 encaminhado sem passar pela apreciação dos conselheiros, e posteriormente foi retirado
39 de pauta sem que os questionamentos encaminhados por ofício por estes fossem
40 respondidos. Luciana destacou a necessidade de cada vez mais os conselheiros e
41 servidores da autarquia se capacitarem para que sejam reconhecidos e respeitados como
42 pessoas que possuem qualificação e entendimento sobre todos os assuntos referentes ao
43 Instituto, inclusive sobre o cálculo atuarial. Salientou a responsabilidade do Conselho
44 perante o futuro do Previ e que impacta também na população em geral, considerando
45 que as decisões refletem muitas vezes financeiramente. Os demais conselheiros
46 concordaram com suas ponderações e consideraram que a profissionalização e busca por
47 aprimoramento é uma tendência que vai de encontro com as exigências cada vez maiores
48 que a Secretaria da Previdência impõe aos RPPS (citando a implantação do Programa
49 Pró-Gestão), e importante para o Previ obter maior credibilidade e aceitação perante
50 outras organizações e a sociedade. **3)** Dando seguimento, a advogada Michele começou
51 a expor resumidamente os pontos principais do parecer jurídico 02/19 elaborado por ela,
52 solicitado pela Presidente Diolena, para fornecer subsídios para que os conselheiros



53 deliberem sobre quais procedimentos deverão ser adotados em caso de erros em atos
 54 administrativos. Destacou que os casos já ocorridos deverão ser analisados e tratados, e
 55 cabe ao Conselho definir, principalmente, qual o prazo máximo para a revisão dos atos,
 56 em qual circunstância o segurado deverá receber ou restituir valores ao erário, conforme
 57 a repercussão pecuniária, e estabelecer a maneira como as revisões serão realizadas.
 58 Constatando que a maioria dos conselheiros não leu o parecer por completo, pois o
 59 mesmo foi enviado por e-mail poucos dias antes da reunião, e considerando a importância
 60 da matéria, ficou definido que será realizada reunião extraordinária no dia 24 de junho,
 61 para que após a leitura e cuidadosa análise, os conselheiros possam deliberar sobre as
 62 opções apontadas no parecer. **4)** Michele comentou que a Presidente Diolena criou uma
 63 comissão formada pelos servidores do Previ para discutir e analisar a Lei 115/2007, para
 64 então propor sugestões de alterações, uma vez que, em reunião realizada em abril deste
 65 ano, no Instituto, com a presença dos auditores externos do Serviço Regional de Auditoria
 66 de Passo Fundo – TCE/RS, foram sugeridas por eles diversas adequações da legislação
 67 para solucionar problemas administrativos que o Previ vem enfrentando e evitar novos
 68 processos judiciais. O trabalho de análise da Lei foi concluído, e será exposto aos
 69 conselheiros em uma próxima reunião, destinada exclusivamente para essa finalidade,
 70 dada a complexidade do tema. **5)** O Diretor financeiro relatou a análise dos investimentos
 71 do mês de maio, que foi um mês com resultados positivos. O mês fechou com um
 72 rendimento líquido de R\$ 1.455.988,62 (um milhão quatrocentos e cinquenta e cinco mil
 73 novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos) e um total de patrimônio
 74 líquido de R\$ 100.513.384,89 (cem milhões e quinhentos e treze mil, trezentos e oitenta e
 75 quatro reais e oitenta e nove centavos). **6)** Os rendimentos apresentaram uma
 76 rentabilidade no mês de 1,4698% sendo que a meta atuarial era de 0,6375%, ou seja, a
 77 meta no mês foi superada em 0,8324%. No acumulado do ano atingimos um percentual
 78 de rentabilidade de 5,1333% para uma meta atuarial de 4,9600%, o que representa um
 79 superávit de 0,1711%. **7)** O valor gasto com a folha do mês de maio foi de R\$
 80 2.507.300,80 (dois milhões, quinhentos e sete mil, trezentos reais e oitenta centavos)
 81 para 658 (seiscentos e cinquenta e oito) aposentados e 119 (cento e dezenove)
 82 pensionistas. **8)** O gasto com auxílio-doença foi de R\$109.543,00 (cento e nove mil,
 83 quinhentos e quarenta e três reais) para 40 servidores, e com salário maternidade foi
 84 de R\$ 23.175,13 (vinte e três mil, cento e setenta e cinco reais e treze centavos) para 11
 85 servidoras. **9)** Informou que os gastos administrativos no mês totalizaram R\$ 112.664,52
 86 (cento e doze mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). **10)**
 87 O fundo de reserva da taxa administrativa fechou o mês com o saldo de R\$ 1.573.208,61
 88 (um milhão e quinhentos e setenta e três mil, duzentos e oito reais e sessenta e um
 89 centavos). **11)** Por fim, o Diretor pediu que os conselheiros apresentem Declaração de
 90 Bens referente ano-base 2018. Nada mais havendo a ser tratado, lavei a presente ata
 91 que será assinada por mim e por todos os presentes.

Adriano Fabro Augusto da Silva
Michelle
Diolena
Michele
Alina Adam Barthelemy